



RELATÓRIO INSPEÇÃO GABINETE DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

COMARCA	Belém
UNIDADE INSPECIONADA	Gabinete 3ª Vara Cível e Empresarial
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	Feitos cíveis e empresarial em geral. Privativa de órfãos, ausentes e interditos e ainda, competência residual de Sucessões, quando houver qualquer das figuras da competência privativa
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	Maior/2023
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Roberta Pina Barbosa Faro (Mat. 152978)
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Breno Peck de Barros Mello, analista judiciário lotado na CGJ (mat. 125482)

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO GABINETE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Valdeíse Maria Reis Bastos, 02 anos e 07 meses, conforme Portaria 2106/2020 – GP/TJPA, de 17/09/2020; e, Portaria nº 51/2020-SJ, de 23/11/2020.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

- a. Férias: não
- b. Folgas compensatórias: não
- c. Licenças: não

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

07 a 09 de abril de 2023

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Conforme informações prestadas pela ouvidoria através da servidora Mayra Kaled Moreira, que relatou o Protocolo 237.037.126.401 aberto por morosidade processual no processo 0810798-87.2023.8.14.0301, recebido em 12/05/2023, com prazo calculado até 23/06/2023 (cf. art. 9º, §1º da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça).

Na CGJ, há o PP 0003474-20.2022.2.00.0814 (inspeção do CNJ)

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A unidade informou que, embora o plano de ação ainda estivesse em elaboração na data de resposta, bimestralmente são realizadas reuniões para organização e divisão de tarefas internas.

Esta rotina foi avaliada como boa prática durante a inspeção, sendo ponderado que as reuniões periódicas tenham como base a apuração dos resultados do plano de ação.

Não obstante, a unidade remeteu cópia do plano de ação elaborado após a inspeção, resultado de uma de suas reuniões periódicas.

1.6. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 6 de abril de 2023 que determinou o retorno às atividades presenciais a todos os integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará? Caso encontre-se serviço remoto indicar o nº do expediente que autorizou a modalidade.

Sim.

Durante a inspeção, foi informado que a magistrada titular realiza as audiências a partir da sala de audiências.

1.7. A(o) magistrada(o) observa a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Pará, com a alteração no texto do art. 4º determinada na Resolução 6. /2023?

Sim

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	3
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	2
Terceirizados(as)	0

SubÁrea Forum Cível
Lotação Gabinete da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém
Gestor(a) Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes
Localização FORUM CIVEL PROF. DR. DANIEL COELHO DE SOUZA
Telefones (91)3205-2169
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Hivna Raphaeli Terceiro Magalhaes Mota Moreira	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Jose Edson Trindade Eleres	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Roberta Pina Barbosa Faro	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal
Stefan Schmid da Luz	Efetivo	Analista Judiciario	Normal

Em inspeção, constatou-se lotação inferior comparado a unidades com mesma competência (1ª e 2ª vara cível e empresarial de Belém).



2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não há servidor em teletrabalho.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

A unidade relata que o controle é feito pessoalmente pela magistrada, e enviou em anexo as planilhas extraídas do sistema de gestão judiciária.

A unidade foi orientada a realizar o controle de produtividade com base no plano de trabalho da unidade, comparando o efetivamente produzido ao planejado.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

A unidade informou que o plano de ação ainda estava em elaboração quando da inspeção. Após, remeteu cópia do plano elaborado em 16/05/23.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não há pleito administrativo pendente de atendimento

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

***Data de coleta de dados pela Unidade: 03/05/2023**

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	4.761	4.612
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	138	250
Total do acervo com prioridade	1.681	1.675
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	1.481	1.365
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	279	252



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	18 (*)	0
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	14	0

A unidade considera que a informação não condiz com os dados por ela própria apurados, apontando contradição existente no sistema PJE, que indica como 'processo concluso' feito que não se encontrava em gabinete.

Na ocasião foi realizada reunião com o DPGE (Gérson Medeiros da Silva), que esclareceu a respeito da correta movimentação para efeito de contagem de paralisados.

A unidade, então, esclareceu que registrou conclusões que não ocorreram de fato, e, analisada a situação junto à estatística, constatou-se que houve erro na migração que fez contar conclusos processos que na verdade estavam em secretaria.

A unidade informou que resolveu a questão solicitando a efetiva conclusão à UPJ, e, após, proferiu ato decisório devolvendo os autos à secretaria. Isto provocou o retorno do feito ao regular trâmite, após o qual o processo de fato passou a constar na secretaria para efeito de contagem de paralisação.

4.2. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Sim

A corregedoria apurou 683 (seiscentos e oitenta e três) processos com prioridade paralisados há mais de cem dias em secretaria.

Os três mais antigos (v. 17/05/23) são 00562816220128140301, paralisado há 202 (duzentos e dois) dias; 08143633520188140301, paralisado há 195 (cento e noventa e cinco) dias; 00166045420148140301, paralisado há 194 (cento e noventa e quatro) dias.

4.3. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

A unidade informou que utiliza etiquetas para controle dos paralisados há mais de cem dias, ressaltando que não havia paralisados há mais de cem dias em gabinete na data de resposta do formulário.

Em inspeção, constatou-se que de fato não havia processos paralisados em gabinete há mais de cem dias.

A unidade, não obstante, foi orientada a abordar tanto os paralisados há mais de cem dias quanto aqueles que estão prestes a superar a marca dos cem dias, sugerindo "ponto de corte" entre 50 e 70 dias.



4.4. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	247
Total de processos julgados	293
Total de processos baixados definitivamente do acervo	959

4.5. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	581
Despachos	332
Sentenças com resolução de mérito	217
Sentenças sem resolução de mérito	239
Audiências realizadas	29

4.6. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

A unidade respondeu que não, ponderando que, com a criação do painel de gestão judiciária, tornando público os índices e metas atingidos pela Unidade, entende-se obsoleta tal modalidade de publicidade.

Necessário ressaltar, contudo, que o PGJ não é disponibilizado ao público em geral.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade. Anexar.

A unidade esclareceu que o controle é realizado pela própria magistrada, através do painel de Gestão Judiciária. Também esclareceu, conforme anotado no item 2.4, que ainda não havia finalizado o plano de ação.

5.2. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (gestão judiciária)?

Sim

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

A unidade apurou 526 (quinhentos e vinte e seis processos) antes da inspeção, salientando que, após a migração dos processos para o sistema PJE, muitos foram classificados de maneira errada, entendendo que os índices não refletem a realidade da unidade.

Já para efeito de Plano de Ação, elaborado posteriormente, a unidade apurou necessidade de julgamento de 511 (quinhentos e onze) processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A unidade foi orientada a dar especial atenção à Meta 2.

Para além, foi orientada a regularizar ou solicitar regularização de todo e qualquer processo que seja identificado com cadastro de classe/assunto errado após a digitalização.

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



6. METAS E DIRETRIZES DA CNJ/2023:

7.1. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

13 processos IRDR e 05 processos Recurso Especial Repetitivo

7.2. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Imediatamente, após o conhecimento da decisão

7.3. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Não há um método específico de controle, segundo informou a unidade.

Desta feita, foi orientada a fazer consultas ativa e periodicamente no NUGEPNAC e a se atentar para a caixa de e-mails para comunicados originados deste sistema.

7.4. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? *(Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não se aplica

7.5. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Não se aplica

7.6. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Não se aplica

7.7. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Não se aplica

7.8. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Não se aplica

7.9. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(a) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Não se aplica

7.10. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Não se aplica

7.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não se aplica

7.12. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não se aplica



7.13. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não se aplica

7.14. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não se aplica

8. ROTINA DE TRABALHO DO GABINETE:

8.1. Quais as modalidades de atendimento ao público no gabinete?

Online e presencial

8.2. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

A unidade identificou, sem informar os números, um total de 6 (seis) processos, conforme tarefa ‘Migração do sistema LIBRA’.
Foi orientada a regularizar estes feitos o quanto antes, para colocá-los no fluxo adequado.

8.3. Quais as etiquetas adotadas exclusivamente para o gabinete? identificar

As etiquetas utilizadas pelo Gabinete são identificadas através da sigla ‘G.’, sendo exemplos: G. TRIADO; G. ESTAGIÁRIO; G. FALAR COM A DRA.

Na ocasião, a unidade foi orientada a elaborar etiquetas que permitam melhor triagem do acervo pelo gabinete. Foi sugerido que adotassem etiquetas que apontassem a fase processual, a etapa a ser cumprida, dentre outras.

8.4. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Não se aplica, considerando que a baixa processual é realizada pela UPJ.

Foi identificado processo (0860162-67.2019.8.14.0301) sem correta suspensão na ocasião. A unidade informou que não tinha conhecimento da Nota Técnica e dos procedimentos adequados, tomando ciência na ocasião e passando a adotar o procedimento.

8.5. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em



tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Não se aplica, haja vista tratar-se de unidade com competência cível

8.6. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

A unidade relatou que este procedimento não é observado pelo Gabinete porque os servidores não estavam cientes da necessidade da movimentação dos agrupadores.

Em inspeção, foi feito esclarecimento quanto à pasta agrupadores a respeito de sua função e a sua utilidade para a triagem dos feitos e para ganho de agilidade.

Os servidores, ao compreenderem estas vantagens, comprometeram-se a incluir a regularização e consulta aos agrupadores em seu planejamento e na rotina.

8.7. Antes de proferir ato judicial, havendo indicação de peticionamento nos agrupadores, o gabinete adota rotina de clicar como lidos, contribuindo assim para melhor atualização do Processo Eletrônico?

Este ponto foi respondido de forma semelhante ao anterior, e, de forma semelhante, os servidores, tendo compreendido a importância de determinados atos e procedimentos para saneamento do acervo, também se comprometeram em adotar esta prática.

8.8. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Em plano de ação elaborado logo após a inspeção, a unidade estabeleceu como alvo da meta o julgamento de 12 processos Meta 2 por dia durante dois meses.

8.9. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

A unidade informou que foram realizadas 13 audiências, das quais, 02 foram presenciais.

Salientou que a maior parte das audiências realizadas por este Juízo referem-se a processos de interdição, de sorte que, em benefício e respeito à própria condição do interditando, as audiências são realizadas virtualmente, a fim de evitar o deslocamento desnecessário de parte incapaz.

Por amostragem, verificou-se:

- 08054993220238140301: audiência híbrida

8.10. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

01 audiência, tendo em vista que a maior parte dos feitos enseja o julgamento antecipado da lide (art. 355 do CPC).

Necessário considerar que, apesar do número pequeno, a pauta está para cerca de dois meses (v. 8.12).

8.11. A pauta de audiência é inserida no PJE pelo gabinete?

Não, este procedimento é realizado pela UPJ, considerando que o servidor designado no gabinete ainda não possui o perfil de UPJ, necessário para a realização do ato.

Foi recomendado providências para atualização do perfil do servidor responsável pelas audiências.

8.12. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

15/06/2023

8.13. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Sim, os autos são remetidos ao NUPEMEC/CEJUSC

A unidade tem identificado questões que podem ser remetidas em lote para conciliação, o que foi identificado como boa prática.

8.14. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Sim, os autos são remetidos ao NUPEMEC/CEJUSC

8.15. Na hipótese de MANDADO URGENTE está sendo observado Provimento conjunto nº 009/2029 – CJRMV/CJCI, que estabelece a necessidade de ordem judicial expressa para envio de mandado nessa modalidade à Central de Mandados?

Sim

8.16. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

A unidade identificou 288 baixados em abril.2023

9. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial:

A última correição realizada foi em Abril/2021, conforme relatório encaminhado à Corregedoria, vide Processo nº 0000199-34.2020.2.00.0814.

Foi identificado, contudo, que estes autos foram remetidos dentro dos autos da correição presencial, como documentos comprobatórios, quando deveria ter sido remetida em autos próprios para contagem de produtividade da magistrada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

15.2. Existem registros de recomendações pela Corregedoria em decisão correicional referente a última correição ordinária anual realizada pela unidade judicial? Identificar as não cumpridas

Todos os pedidos de informação foram respondidos e as recomendações observadas.

Belém/PA, data conforme assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE
SOUZA COSTA:4596

Assinado de forma digital por SILVIA MARA
BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.07.11 10:24:16 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria

BRENO PECK DE
BARROS

Assinado de forma digital por
BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272
Dados: 2023.07.11 14:14:25 -03'00'

MELLO:74290452272

Breno Peck de Barros Mello
Analista da CGJ